



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2015.0000232331

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação nº 0003280-19.2011.8.26.0058, da Comarca de Agudos, em que é apelante ELIENE CAMILO DO NASCIMENTO (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado MITSUI SUMITOMO SEGUROS S/A.

ACORDAM, em 29ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores PEREIRA CALÇAS (Presidente), FRANCISCO THOMAZ E SILVIA ROCHA.

São Paulo, 8 de abril de 2015.

Pereira Calças
RELATOR
Assinatura Eletrônica



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

29ª Câmara de Direito Privado

APELAÇÃO nº 0003280-19.2011.8.26.0058

Comarca : Agudos - 1ª Vara Cível
Apelante : Eliene Camilo do Nascimento
Apelada : Mitsui Sumitomo Seguros S/A

VOTO Nº 27.247

Apelação. Seguro de veículo. Ação indenizatória. Acidente de trânsito. Embriaguez do condutor comprovada. Circunstâncias fáticas que permitem concluir pelo nexó entre a embriaguez e o acidente. Cláusula contratual excludente da cobertura securitária. Dinâmica dos fatos descrita pelo autor não comprovada. Apelo a que se nega provimento.

Vistos.

1. Trata-se de ação de indenização que **ELIENE CAMILO DO NASCIMENTO** move contra **MITSUI SUMITOMO SEGUROS S/A**, julgada improcedente pela sentença de fls. 230/232, proferida pelo Juiz Ricardo Venturini Brosco, cujo relatório se adota.

Apela o autor às fls. 234/240. Discorre sobre as provas colhidas durante a instrução processual e as trazidas aos autos. Alega que não foi



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

29ª Câmara de Direito Privado

APELAÇÃO nº 0003280-19.2011.8.26.0058

realizada perícia, fato que entende prejudicial para verificação da dinâmica do acidente. Sustenta não ser possível afirmar que a embriaguez foi a causa do acidente. Colaciona julgados que abonam a sua tese. Pugna pelo provimento do apelo para que a pretensão seja julgada procedente.

O recurso foi recebido, processado e respondido (fls. 243/248); anotada concessão ao apelante do benefício da assistência judiciária gratuita (fl. 38).

Relatados.

2. O apelo não merece provimento.

O relatório elaborado pela autoridade policial rodoviária que compareceu ao local do acidente refere que, naquela ocasião, o apelante apresentava vestígio de ingestão de álcool e que, feito o teste de alcoolemia, ele apresentava concentração de 0,56 mg de álcool por litro de ar expelido (fl. 33).

Assim, constatada a embriaguez e consistindo ela em causa excludente da cobertura, conforme fls. 108/110 e art. 768 do Código Civil, de rigor a improcedência da demanda, bem reconhecida na sentença.

Não se desconhece o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça de que não basta a mera

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

29ª Câmara de Direito Privado

APELAÇÃO nº 0003280-19.2011.8.26.0058

embriaguez, mas que esta deve ter nexos causal com o acidente. Todavia, tal entendimento não deve ser analisado a ferro e fogo, imputando ônus de prova do nexo à seguradora em qualquer hipótese. Ele deve ser pautado pela razoabilidade, considerando-se as circunstâncias específicas do caso. Havendo elementos que permitam concluir que o acidente não ocorreu por culpa do condutor embriagado ou que ocorreriam mesmo que ele não estivesse nessa condição, afigura-se absolutamente razoável que a indenização seja devida, apesar da embriaguez. Contudo, esse não é o caso dos autos.

É de senso comum que a embriaguez aumenta consideravelmente o risco inerente à condução do veículo e, mais que isso, é a principal causa do altíssimo índice de mortes ao volante em nosso país. As recentes alterações legislativas que passaram a tratar o tema com muito mais rigor, refletem o alto grau de nocividade dos efeitos do álcool no motorista e seu reflexo na sociedade em geral. A considerável diminuição no número de acidentes após a promulgação da Lei nº 11.705/2008, bem demonstra a conhecida e perigosa relação entre álcool e direção.

A mera suposição de que a embriaguez pode não ter contribuído para o acidente, independentemente de fatos concretos, como se tal estado tivesse pouca influência em acidentes de trânsito em geral, fere de morte o bom senso.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

29ª Câmara de Direito Privado

APELAÇÃO nº 0003280-19.2011.8.26.0058

Assim, o julgador, ao analisar pedido de indenização de seguro por responsabilidade civil na qual se comprove a embriaguez do motorista, deve perquirir se há elementos que permitam concluir, direta ou indiretamente, se o acidente ocorreria independentemente do estado do motorista. Não havendo elementos para tal conclusão, deve prevalecer o senso comum de que, ocorrendo um acidente sem que se apontem circunstâncias extraordinárias além da embriaguez do condutor, foi a embriaguez determinante para o acidente.

No caso concreto, o apelante atingiu a traseira de outro veículo, que veio a colidir com terceiro veículo. Embora afirme que o acidente foi causado por freada brusca do terceiro veículo, todos os testemunhos atestam que a primeira batida deu-se pelo veículo conduzido pelo autor, que lançou o segundo veículo, e atingiu, assim, o terceiro veículo.

Importante observar, ainda, que a presunção de culpa do motorista que, transitando atrás de outro em faixa de tráfego, colide seu automotor com traseira do veículo que vai à frente, amplamente aceita jurisprudencialmente, não foi desconstituída pelo apelante. Ao contrário, todos os indícios apontam ser sua a culpa pelo acidente.

Bem por isso, será integralmente mantida a sentença recorrida.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

29ª Câmara de Direito Privado

APELAÇÃO nº 0003280-19.2011.8.26.0058

3. Isto posto, pelo meu voto, nego provimento ao apelo.

DESEMBARGADOR MANOEL DE QUEIROZ PEREIRA CALÇAS

RELATOR